



Processo nº : 13558.000330/2001-30
Recurso nº : 119.491
Acórdão nº : 201-76.686

Recorrente : TYNES EMPREENDIMENTOS LTDA.
Recorrida : DRJ em Salvador - BA

PIS. AUTO DE INFRAÇÃO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. FALTA DE RECOLHIMENTO. As declarações realizadas em DIRPJ não são hábeis a ensejar a inscrição em dívida ativa do débito, ocasionando a cobrança direta dos valores não pagos. Por isso, cabível o lançamento de ofício destes valores, não declarados em DCTF.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:
TYNES EMPREENDIMENTOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 2003.

Josefa Maria Coelho Marques:
Josefa Maria Coelho Marques
Presidente
Gilberto Cassuli:
Gilberto Cassuli
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Serafim Fernandes Corrêa, José Roberto Vieira, Sérgio Gomes Velloso e Rogério Gustavo Dreyer.

Imp/cf/ja



Processo nº : 13558.000330/2001-30
Recurso nº : 119.491
Acórdão nº : 201-76.686

Recorrente : TYNES EMPREENDIMENTOS LTDA.

RELATÓRIO

A contribuinte foi autuada em 18/05/2001, conforme o Auto de Infração de fls. 06/09 e anexos, por “FALTA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – PIS”, referente a períodos compreendidos entre 01/1996 e 03/2000, sendo lançado o valor do crédito apurado de R\$39.309,53, referente à contribuição devida, juros de mora e multa proporcional.

A atuação afirmou que:

“(…)

O contribuinte apresentou algumas DCTF, porém com os valores dos débitos zerados. Portanto, não havia em relação a esta contribuição valores declarados à Receita Federal. Ressalte-se que na Declaração do REFIS apresentada por este contribuinte não havia nenhum débito declarado deste tributo.”

Inconformada, a empresa apresentou sua Impugnação parcial de fls. 145/149, alegando que os valores “*constantes do lançamento já haviam sido informados na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica, exceto o valor original de 37,90 com fato gerador de 31/03/2000 e vencimento para 14/04/2000*”. Aduz ainda que “*quando fez o Termo de Opção pelo REFIS, levou em consideração todos os débitos constantes da Declaração de Rendimentos – IRPJ e começou a efetuar os devidos recolhimentos referentes a estes débitos declarados da IRPJ dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente não havendo portanto falta de recolhimento do PIS como pretende a digna Autuante*”. Alega que vem pagando estes débitos através do REFIS, e que a exigência ora lançada configuraria *bis in idem*.

Resolveu, então, a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador - BA, às fls. 163/166, através do Acórdão DRJ/SDR nº 00.208, de 10/10/2001, julgar procedente o lançamento, conforme a seguinte ementa:

“(…)

Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO.

Apurada a falta de recolhimento da contribuição para o PIS, é devida sua cobrança, com os encargos legais correspondentes.

Lançamento Procedente”.

Afirma a decisão que:

“7. Não há que se falar em duplicidade de cobrança da contribuição neste processo, uma vez que, confrontando-se os valores lançados relacionados às fls. 07/09 e a Declaração do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, fls. 74/79 verifica-se que a contribuição exigida no auto de infração não foi incluída no referido programa (extratos de fls. 155/162), e tão-pouco constou das DCTF apresentadas.

“(…)



Processo nº : 13558.000330/2001-30
Recurso nº : 119.491
Acórdão nº : 201-76.686

9. No presente caso, foi exigida apenas o PIS e, conforme já provado anteriormente, apenas uma vez sobre os fatos geradores ocorridos nos períodos relacionados às fls. 07/09, que não foram declaradas em DCTF nem incluídas no REFIS. Portanto, não houve duplicidade de lançamento e muito menos o alegado bis in idem."

A contribuinte, às fls. 171/173, apresentou recurso voluntário, manifestando sua inconformidade com a decisão atacada, trazendo os mesmos argumentos já alegados em sua impugnação, alegando ainda que a incorreção do lançamento foi aplicar a multa de ofício de 75%, "quando em realidade a multa devida corresponde exatamente a multa de mora de 20% sobre a parte que for realmente devida", alegando que os valores já estavam declarados e devidamente confirmados. Às fls. 174/175 há arrolamento de bens.

É o relatório.



Processo nº : 13558.000330/2001-30
Recurso nº : 119.491
Acórdão nº : 201-76.686

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
GILBERTO CASSULI

O recurso voluntário é tempestivo. Há arrolamento de bens, cumprindo o que, à época, estabelecia o art. 33 do Decreto nº 70.235/72, com a redação dada pela MP nº 1.621/1997, reeditada até a MP nº 2.176-79, de 23 de agosto de 2001 (e que vigorou, por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, até a sua conversão, com alterações, na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002). Assim, **conheço do recurso**.

A contribuinte, ora recorrente, foi autuada pela falta de recolhimento da Contribuição ao PIS, referente a períodos compreendidos entre 01/1996 e 03/2000. Asseverou a autuação que a contribuinte apresentou algumas DCTF, porém, com os valores dos débitos zerados, concluindo não haver, em relação ao PIS, valores declarados à Receita Federal. Ressalta também a autuação que na Declaração do REFIS apresentada pela contribuinte não havia nenhum débito declarado de PIS.

Impugnou a contribuinte o Auto de Infração, argüindo basicamente que os valores “*constantes do lançamento já haviam sido informados na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica, exceto o valor original de 37,90 com fato gerador de 31/03/2000 e vencimento para 14/04/2000*”. Aduz ainda que “*quando fez o Termo de Opção pelo REFIS, levou em consideração todos os débitos constantes da Declaração de Rendimentos – IRPJ e começou a efetuar os devidos recolhimentos referentes a estes débitos declarados da IRPJ dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente não havendo portanto falta de recolhimento do PIS como pretende a digna Autuante*”.

A DRJ julgou procedente o lançamento, fundamentando que não se poder falar em “*duplicidade de cobrança da contribuição neste processo, uma vez que, confrontando-se os valores lançados relacionados às fls. 07/09 e a Declaração do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, fls. 74/79 verifica-se que a contribuição exigida no auto de infração não foi incluída no referido programa (extratos de fls. 155/162), e tão-pouco constou das DCTF apresentadas*

Fundamenta, ainda, a DRJ, haver sido lançado “*apenas o PIS e, conforme já provado anteriormente, apenas uma vez sobre os fatos geradores ocorridos nos períodos relacionados às fls. 07/09, que não foram declaradas em DCTF nem incluídas no REFIS. Portanto, não houve duplicidade de lançamento e muito menos o alegado bis in idem.*”

Não merece reparos a decisão proferida pela DRJ, que fica mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Com efeito, a jurisprudência desta Câmara é no sentido de que as declarações realizadas em DIRPJ não são hábeis a ensejar a inscrição em dívida ativa do débito, ocasionando a cobrança direta dos valores não pagos.

0



Processo nº : 13558.000330/2001-30
Recurso nº : 119.491
Acórdão nº : 201-76.686

De fato, os débitos efetivamente declarados em DCTF, não pagos no devido prazo legal, podem ser inscritos em dívida ativa e cobrados executivamente, não cabendo seu lançamento de ofício.

Contudo, isto não é válido para os débitos informados somente na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Curvando-nos ao entendimento adotado por esta Câmara, entendemos que deve o valor ser atualizado e corrigido pela Taxa SELIC, nos termos da Norma de Execução nº 08/97.

Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos consta, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso voluntário, nos termos da fundamentação.

É como voto.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 2003.

GILBERTO CASSULI